

Museu Arqueológico de São João de Alporão (Santarém):

uma experiência de gestão municipal de colecções de arqueologia¹

Maria José de Almeida*

Resumo

O Museu Arqueológico de São João de Alporão é uma instituição com mais de cem anos de existência que, ao longo da sua história, foi marcada por diferentes concepções museológicas. Inaugurado em 1889 foi um museu de curiosidades arqueológicas, imbuído pelo espírito de coleccionismo característico da época. Tendo sofrido várias alterações de gestão e funcionamento, subsistiu no imaginário da cidade como "Museu dos Cacos" até à remodelação em 1994. A partir dessa data, o velho Museu de S. João de Alporão passa a constituir-se o primeiro núcleo museológico do Museu Municipal, sendo criada a Reserva Municipal com uma secção específica dedicada às colecções de arqueologia.

Caracterizam-se no presente texto estas colecções não que diz respeito à sua constituição e proveniência, definindo-se este conjunto como um acervo *em construção*, já que integra progressivamente o espólio recolhido no âmbito das actividades de arqueologia urbana da autarquia, bem como de outras entidades, integradas em projectos de investigação programada ou de natureza preventiva / emergência. Apresenta-se assim o modo como funciona a Reserva Municipal de Santarém em 1999, expondo a experiência da Autarquia a este

¹ Este texto tem origem numa comunicação com o mesmo título apresentada ao 1.º Encontro Nacional de Museus com Colecções de Arqueologia que, por circunstâncias várias, acabou por não ser publicada no respectivo volume de actas. Em 1999 essa comunicação foi apresentada em conjunto com Jorge Custódio, então Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial", a quem agradeço toda disponibilidade demonstrada não só na discussão das questões focadas no presente texto como no enquadramento da actividade arqueológica por mim desenvolvida nessa autarquia entre 1997 e 2002.

* Técnica Superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Santarém (actualmente ao serviço na Câmara Municipal de Cascais).

nível e os desafios que se colocam na gestão do acervo de arqueologia do Museu Municipal.

Palavras-chave: Museu municipal. Coleções arqueológicas. Santarém

Abstract

The Museu Arqueológico de São João de Alporão is an institution that for the last one hundred years of its existence has experienced various museological conceptions. Inaugurated in 1889 and influenced by the antiquarian spirit of the age, it was initially a museum of archaeological curiosities. Having survived the various transformations in its management and function, it has remained in the city's imagination known as the "Museu dos Cacos" (Museum of Pot-Sherds) until 1994. From that date onwards, in the old Museu de S. João de Alporão was created the first municipal museum of archaeology with a reserve collection and a department specifically dedicated to the study of the archaeology of the area.

The present paper identifies the collection according to the nature and provenance of the materials and stresses the expanding nature of those collection. Materials from the various excavation projects (both preventive and rescue), within the municipality gradually add to the Archaeological Reserve Collections of Santarém.

Key-words: Municipal Museum. Archaeological Collections. Santarém (Portugal).

O Museu Arqueológico de São João de Alporão é uma instituição com mais de cem anos de existência que, ao longo da sua história, foi marcada por diferentes concepções museológicas.

A criação de um museu em Santarém, designado como “Museu Distrital de Santarém”, data de 1876 e é da iniciativa do governador civil da cidade. Contudo, passa à tutela municipal em 1892 (Custódio 1994b, p. 126-130), sendo inaugurado em 1889 na Igreja de S. João de Alporão, após obras de adaptação deste edifício, que albergava então a “Sociedade de Teatro Particular de Santarém” (Custódio, 1994a).

Na sua génese, o museu foi concebido como um depósito de “curiosidades arqueológicas”, imbuído pelo espírito de coleccionismo característico da época. Para além do espólio dito arqueológico, pretendia-se que esta instituição funcionasse também como um polo de exposição das mais modernas tecnologias agrícolas e industriais que se desenvolviam a nível regional. Mas é sobretudo como “Museu Arqueológico” que se consolida a presença da instituição na cidade, recebendo artefactos considerados relevantes na área da arqueologia. Estes objectos são, na sua maioria, achados ocasionais resultantes de trabalhos agrícolas nas freguesias rurais ou das inúmeras demolições de edifícios ocorridas na cidade, fruto de um programa de renovação urbana que marca profundamente Santarém no final do séc. XIX e início do séc. XX.

O Museu sofre várias alterações de gestão e funcionamento ao longo dos tempos, subsistindo no imaginário da cidade como “Museu dos Cacos”, até à remodelação em 1994. A decisão camarária de encerramento do Museu Arqueológico de S. João de Alporão fez-se numa situação de ruptura total em termos da ocupação do espaço interior da igreja, havendo já mesmo peças de grande porte que se acumulavam no exterior, sujeitas a todo o tipo de agressões, não só por parte de agentes naturais como também fruto de acções de vandalismo.

A remodelação do museu iniciou-se com a desmontagem da “exposição permanente”, sendo todo o acervo aí existente tratado e inventariado sistematicamente em moldes modernos. A partir dessa data, o velho Museu de S. João de Alporão passa a constituir-se o primeiro núcleo museológico do Museu Municipal, albergando exposições temporárias dedicadas genericamente à “Arte

e Arqueologia Medievais”. Esse espólio constituiu a génese da Reserva Municipal, instalada fisicamente no chamado “Edifício do Museu Distrital”, uma peça de arquitectura modernista de meados do séc. XX que, embora concebida para albergar um museu, nunca tinha até aí desempenhado quaisquer funções no âmbito da museologia.

A Reserva Municipal desde a sua constituição incluiu uma secção específica dedicada às colecções de arqueologia. Estas colecções são constituídas não só pelo acervo que foi sendo reunido desde a fundação do museu através de doações e aquisições de achados arqueológicos mais ou menos fortuitos, mas também pelo espólio proveniente de intervenções arqueológicas sistemáticas realizadas na cidade de Santarém, quer pela própria Câmara Municipal, quer por investigadores de outras instituições no âmbito de projectos de investigação programada. A partir de 1998, de acordo com um protocolo assinado com o Instituto Português de Arqueologia, a Reserva Municipal passou a ser a instituição indicada para depósito definitivo do espólio das intervenções realizadas no território do concelho.

O espólio do “velho Museu dos Cacos” constitui a primeira colecção arqueológica que foi integrada na Reserva Municipal. Tratam-se de objectos de proveniências variadas que resultam de doações e recolhas ocasionais, tanto do território do concelho como do Distrito, acumuladas sobretudo durante a primeira metade do século XX. Na maior parte dos casos desconhecem-se as condições dos achados, sendo por vezes difícil também a atribuição de uma proveniência exacta, o que torna ambígua qualquer contextualização do ponto de vista arqueológico. Este espólio, que engloba peças de grande valor museológico, foi tratado e inventariado como os demais espécimens do Museu, aplicando-se os métodos e técnicas de inventário desenvolvidos para itens de natureza diversas, como a arte sacra ou tumulária.

Contudo, a partir exactamente de 1992, tiveram início as acções sistemáticas da autarquia no âmbito da arqueologia urbana de carácter preventivo e de salvaguarda, facto que veio alterar significativamente a constituição da Reserva Municipal no que diz respeito ao acervo de arqueologia. Se a colecção do antigo Museu de São João de Alporão era uma colecção *estável*, em que não havia significativo aumento das peças museológicas, a partir desse momento, a colecção de arqueologia passou a ser um conjunto *em construção*. Além disso, este *novo* espólio, que a partir de então dá entrada no Museu, provem de contextos arqueológicos precisos em sequência de intervenções arqueológicas levadas a cabo segundo uma metodologia científica. A necessidade de adequar a gestão dos acervos a estes novos dados veio implicar alterações à forma como estava definido o sistema de inventário e gestão do espólio do Museu.

Além do espólio proveniente das intervenções da responsabilidade da autarquia, desde 1998 o Museu Municipal passou a receber também em depósito os achados arqueológicos de todas as intervenções arqueológicas realizadas no território do concelho por equipas de profissionais que aqui desenvolvem o seu trabalho. Este facto deriva da assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Santarém e o Instituto Português de Arqueologia, em que uma das cláusulas diz exactamente respeito à integração da Reserva Museológica Municipal na Rede Nacional de Depósito de Espólios Arqueológicos, prevista na alínea l) do Artigo 3.º do Decreto-Lei 117/97 de 14 de Maio. Em colaboração com a

Extensão Territorial deste Instituto na região, com sede em Torres Novas, a Câmara Municipal passa assim a receber os espólios das intervenções realizadas em território concelhio, após o período de estudo definido pelos investigadores responsáveis. Antes mesmo da assinatura deste protocolo, esta já era uma prática seguida pela Câmara de Santarém e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), sendo o espólio proveniente das intervenções realizadas no âmbito do projecto de investigação para o estudo da Alcáçova de Santarém durante a Idade do Ferro e Época Romana integrado progressivamente na Reserva Municipal à medida do seu estudo.

Uma outra situação está ainda prevista no que diz respeito à gestão de espólios da Reserva Municipal, que se prende com o facto da questão do património deslocado ser particularmente sensível no concelho de Santarém. Trata-se do depósito de espólio próximo do seu contexto de recolha ou achamento, sendo as colecções inventariadas e integradas na Reserva Municipal, ainda que continuem fisicamente junto do local da sua identificação. Nestes casos é celebrado um protocolo com a entidade que fica responsável pela guarda do espólio, em que se definem responsabilidades e regras de conservação, cedência temporária para estudo ou exposição, etc., constituindo-se assim uma espécie de extensões da Reserva Municipal em vários pontos do concelho com gestão conjunta da Câmara Municipal e de outras instituições (Juntas de Freguesia, Paróquias, Associações Culturais e Recreativas, etc.)

A natureza diversa das colecções de arqueologia do Museu Municipal e as questões que se colocam à sua integração na Reserva Museológica vieram alterar progressivamente os conceitos de gestão e inventário deste acervo. Com efeito, o sistema criado aquando da desmontagem da exposição permanente do Museu Arqueológico de S. João de Alporão revelou-se menos flexível do que o desejado para uma correcta gestão da informação arqueológica encerrada nestes objectos.

Optou-se assim por uma gestão centrada na proveniência (sítio arqueológico) e não tanto no objecto, tanto mais que a maior expressão dos conjuntos recolhidos é como objecto de investigação arqueológica e não tanto como objecto museológico numa perspectiva expositiva “clássica”.

A gestão das colecções de arqueologia está centrada num sistema de bases de dados interligadas numa estrutura ramificada. O inventário de base é o inventário de sítios arqueológicos identificados no concelho (sejam conhecidos através de trabalhos de escavação, prospecção ou achados fortuitos) a partir do qual se acede ao inventário de bens arqueológicos aí recolhidos, num ficha que se destina a uma identificação sumária das peças ou conjuntos, e da sua localização na Reserva Municipal. Esta ficha pode ser desdobrada numa ficha descritiva, com diferentes definições segundo a tipologia da peça. Esta ficha, embora numa situação ideal deva sempre existir, nem sempre se encontra preenchida, sendo importante que seja completada por investigadores especialistas no tipo de espólio em causa².

² Esta experiência já foi posta em prática com alguns conjuntos de materiais arqueológicos da intervenção na “Casa do Brasil” (Carneiro 2000, p. 61-76; Folgado e Ramalho 2000, p.39-60; Ferreira 2000, p.35-38).

Esta organização, em termos de inventário, reflecte-se na definição do inventário dos bens arqueológicos, sendo a referência da peça, ou conjunto, uma sequência alfanumérica constituída pela sigla do sítio arqueológico, número de unidade estratigráfica de recolha e número de inventário individual. A vantagem deste sistema de inventário é que os conjuntos podem facilmente ser desdobrados, à semelhança do sistema dicotómico utilizado na classificação de espécies nas ciências naturais, ao contrário do sistema inicialmente definido no inventário do acervo do Museu de S. João de Alporão. Nessa primeira definição de inventário, a cada elemento recolhido (e no caso dos bens arqueológicos isso pode significar, por exemplo, um fragmento de cerâmica sem possibilidade de classificação formal ou funcional) era atribuído um único número de inventário. No caso de haver necessidade de intervir em determinado sítio arqueológico que já foi objecto de intervenção anterior (o que é muito frequente em contextos de arqueologia urbana preventiva e de emergência), o espólio recolhido mantém a referência com a mesma sigla de sítio, acrescentando-se o(s) novo(s) número(s) de unidade(s) estratigráfica(s) identificadas. De igual forma, se um determinado conjunto de fragmentos cerâmicos, considerados inicialmente como parte integrante de um conjunto referenciado apenas pelo contexto estratigráfico, for objecto de um estudo especializado e forem identificados entre eles alguns elementos que possuem traços distintivos que os fazem objecto de referência particular, é acrescentado o número de inventário individual, sequencialmente a partir do último número atribuído para esse sítio arqueológico.

Este sistema de gestão dos acervos de arqueologia do Museu Municipal resulta de uma necessidade prática do quotidiano de trabalho de uma equipa de arqueologia com um volume considerável de solicitações a nível do concelho. Encontra-se ainda em fase de construção, sendo corrigido e completado à medida que as questões se vão colocando à gestão da Reserva Municipal. A experiência apresentada ao 1^a Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia tem um carácter ainda provisório e destina-se sobretudo a suscitar alguma reflexão que pensamos dever fazer-se em articulação com todos os Museus com coleções de Arqueologia. Assim, será possível capitalizar esforços e experiências que estão a ser desenvolvidas isoladamente por diferentes equipas e que devem, com vantagem, ser partilhadas e desenvolvidas conjuntamente.

Estas reflexões prendem-se ainda com a necessidade normalização nos museus de arqueologia, não só a nível de definição de formas e sistemas de inventário e respectivos conteúdos das fichas utilizadas (descritores, *thesauri*, etc.) como também de procedimentos a nível da conservação, restauro e armazenamento dos acervos destes museus. Neste ponto parece-nos particularmente importante o papel dos organismos da tutela, tanto do IPM como do próprio IPA, devendo a questão dos espólios ser integrada na utilização a nível nacional da base de dados georeferenciada de sítios arqueológicos, já que estes acervos são, ou pelo menos deveriam ser, indissociáveis dos seus contextos de recolha.

Santarém 1999

